

DO ACORDO GERAL DE PAZ (1992) ÀS ELEIÇÕES GERAIS EM 1994: O PROCESSO DE PAZ CONDUZIDO EM MOÇAMBIQUE¹

Anselmo de Oliveira Rodrigues²
Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon³

Introdução

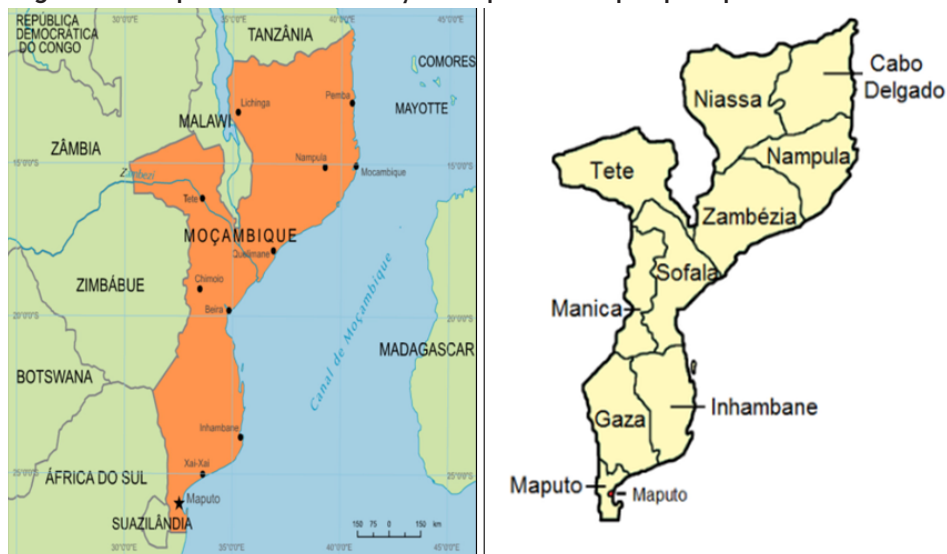
Situada na costa oriental africana, Moçambique possui cerca de 800 mil km², característica que proporciona ao país moçambicano ocupar a 15^a posição em extensão territorial na África. Em vista disso, sua superfície contém considerável quantidade de recursos naturais, como o carvão, o titânio, o gás natural e o grafite. Em termos políticos, Moçambique faz fronteira com seis países e seu território está delimitado ao norte pela Tanzânia, a leste pelo Oceano Índico, a sul pela África do Sul e pela Suazilândia e a oeste pela África do Sul, pelo Zimbábue, pela Zâmbia e pelo Malawi.

¹ A pesquisa associada ao presente artigo foi conduzida no escopo da tese doutoral do 2º autor, denominada de: O Processo de Paz desencadeado em Angola e Moçambique sob uma perspectiva comparada, sob orientação do 1º autor.

³ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: capanselmog8@ig.com.br

² Exército Brasileiro. Comando da 2ª Divisão de exército. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisador do NERINT/UFRGS, do LED/ECEME e do CIDIUM (Portugal). E-mail: eduardomigon@gmail.com

Figura 1- Mapa Político de Moçambique em dupla perspectiva



Limites fronteiriços de Moçambique

Províncias de Moçambique

Fonte: elaboração própria, com base no United Nations Field Department, 2016.

A configuração geopolítica do entorno do país africano carrega consigo um aspecto peculiar em sua conformação, qual seja: a presença da República de Madagascar, situada à leste de Moçambique, mais precisamente numa ilha do Oceano Índico. Não à toa, observa-se ao longo da história a enorme influência que Madagascar exerceu no país africano (Visentini 2012).

Ao se verificar a história moçambicana, e em acordo com princípio básico da teoria das Relações Internacionais, percebe-se que a mesma nunca esteve descolada do Sistema Internacional (SI) e que muitos dos episódios ocorridos no planeta, influenciaram e tiveram íntima relação com diversos fatos acontecidos em Moçambique. A guerra civil em Moçambique é um exemplo disso, conflito deflagrado em 1977 que esteve diretamente relacionado com a Guerra Fria e que fez o país mergulhar numa grave crise interna por mais de duas décadas, tendo o seu desfecho apenas em 1994, com a realização de eleições gerais no país, sob a supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU).

A dimensão internacional alcançada pelo conflito moçambicano nos leva a pressupor que o processo de paz conduzido pela ONU em Moçambique no período compreendido entre 1992 e 1994, não deve ser analisado de for-

ma isolada no tempo e no espaço, na medida em que o mesmo está inserido num sistema mais amplo, de natureza complexa. Dessa forma, propõe-se que o adequado entendimento sobre esse processo de paz deve estar baseado na compreensão de, pelo menos, dois tópicos basilares: 1) a evolução histórica de Moçambique; e 2) as iniciativas realizadas por atores do SI em Moçambique após a Guerra Fria, com o intuito de restaurar a estabilidade e a paz no país. Isto posto, o objetivo deste artigo é compreender o processo de paz implementado em Moçambique e identificar os principais fatos ocorridos no globo, que refletiram no respectivo processo de paz.

Para tal, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é feito uma ambientação do tema em pauta, destacando algumas características geográficas e históricas relevantes de Moçambique. Na segunda seção é definida a metodologia empregada, da mesma forma em que são informados os limites desta investigação. A terceira seção revisita o processo de evolução histórica ocorrido em Moçambique entre o século VIII e o ano de 1992, discutindo sobre o mesmo em cinco subperíodos. A quarta seção analisa a participação da ONU em Moçambique entre 1992 e 1994. E na última seção, são verificados os principais fatos do SI que refletiram positiva e negativamente no processo de paz conduzido em Moçambique.

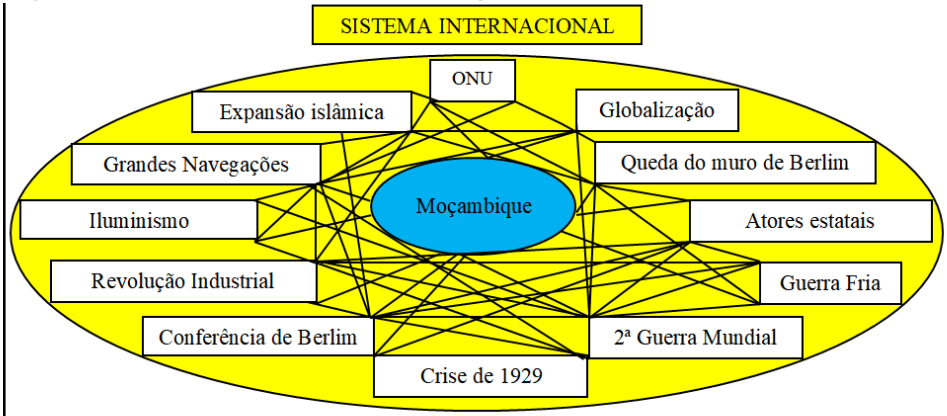
Considerações Metodológicas

A metodologia utilizada no presente estudo é de cunho qualitativo (Creswell 2010) e os resultados obtidos foram analisados à luz da teoria da complexidade, mais precisamente no entendimento de que o SI é, *per se*, um sistema complexo. Sendo assim, compreende-se que o sistema complexo é aquele que possui relações lineares e não lineares em sua estrutura, as quais se caracterizam por não estabelecer proporcionalidade entre as ações de entrada e saída de um sistema, ocasionando o “efeito borboleta”, onde pequenos estímulos em determinados componentes podem resultar em grandes efeitos em outras partes desse mesmo sistema (Bousquet e Curtis 2011). Logo, as partes integrantes deste sistema não devem ser analisadas de forma isolada, pois as mesmas interagem com outros atores, estabelecendo relações e realizando trocas, as quais são fundamentais para a estabilidade de um sistema complexo (Cairney 2012).

Sem desconsiderar as relações desencadeadas pelo país moçambicano com outras regiões africanas anteriormente, entende-se que Moçambique somente se inseriu no SI a partir do século VIII, pois foi a partir deste período que houve o início do estabelecimento de relações com povos de outros con-

tinentes. Nesse contexto e com base na teoria da complexidade, constata-se que os principais fatos ocorridos em Moçambique a partir do século VIII não devem ser analisados isoladamente, pois os mesmos guardam estreita relação com os principais acontecimentos do planeta. Inserido nesse enredo, o processo de paz conduzido em Moçambique não fugiu a regra e sofreu grandes influências de outros atores e fatos ocorridos no SI:

Figura 2 - O Processo de Paz em Moçambique



Fonte: elaboração própria, 2019.

A figura nº 2 sintetiza a complexidade existente no cenário internacional, com foco centrado no país africano a partir de sua inserção no SI no século VIII, destacando os principais episódios ocorridos no globo que geraram reflexos em Moçambique. No que concerne ao universo de atores a ser pesquisado, devido o elevado número de agentes que estabeleceram relações com Moçambique ao longo da história, esse artigo delimitou o estudo, investigando somente os que mais influenciaram o processo de paz do país moçambicano:

Quadro 1 - Universo considerado

Agentes estatais	Agentes não estatais
Estados Unidos da América, ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Rússia, Portugal e África do Sul.	Organização das Nações Unidas

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Considerando este rol de atores, a análise foi realizada em duas fases: 1) inicialmente, revisitou-se a evolução histórica do país moçambicano entre o século VIII e o ano de 1992, correlacionando a mesma com os fatos ocorridos no SI contidos na figura no 2; e 2) num segundo momento, foram estudadas a participação de cada um dos agentes elencados no quadro nº I, no processo de construção de paz realizado em Moçambique entre 1992 e 1994, ressaltando os pontos positivos e negativos dessa atuação. Procurando verificar o papel das Nações Unidas nesse processo, foram investigadas todas as resoluções emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que fizeram menção ao país africano no período em que a ONUMOZ⁴ esteve presente no país, ressaltando os pontos positivos e negativos dessa atuação.

Breve Histórico de Moçambique

Sem desconsiderar a dinâmica estabelecida pelos diferentes povos africanos em Moçambique antes do século VIII, nota-se que a inserção do país africano no contexto internacional se deu realmente com a ocorrência da expansão islâmica, momento histórico que se registrou rápido crescimento do poder árabe entre os séculos VII, VIII e IX, com o estabelecimento de um império árabe-muçulmano, que chegou a ocupar territórios na península ibérica, na península itálica, no Oriente Médio, na Ásia Central e na região do *Magreb* (Sicker 2000). Beneficiando-se da difusão das técnicas de navegação chinesa, árabes e persas se projetaram no Oceano Índico e em meados do século VIII, chegaram ao estruturado porto de *Sofala*, em Moçambique.

Do comércio com os árabes à chegada dos portugueses (século VIII - século XVI)

Pertencentes ao maior império da época e sem subjugar a população local, árabes e persas rapidamente se instalaram ao longo do litoral moçambicano a partir do século VIII e firmaram um lucrativo comércio com os povos africanos, notadamente baseados na extração aurífera local (Ricks 1970). Essa dinâmica comercial se manteve nos séculos seguintes e atingiu seu ápice entre o século X e o século XI, com a realização de intensas trocas comerciais entre africanos, persas, árabes e indonésios.

Contudo, em finais do século XI, o império árabe-muçulmano come-

4 United Nations Operations in Mozambique

çou a emitir os primeiros sinais de sua fragilidade com o surgimento das Cruzadas no continente europeu. Sendo lideradas por militares e por clérigos, tais movimentos pretendiam libertar os países europeus do jugo muçulmano e para tanto, uniram a população europeia em torno de uma causa em comum: a religiosa (Júnior 2001). A perda territorial do império árabe-muçulmano não se limitou à Europa e se estendeu para outros territórios, como a Ásia Central, cedida para os turcos. Esses fatos contribuíram para a efetiva queda desse império no século XV. Já inserida no contexto internacional da época, Moçambique sentiu os efeitos dessa mudança e registrou o declínio do comércio com os árabes e com os persas, da mesma forma que observou a maior incidência de chineses e indianos na região e o consequente aumento das relações comerciais com estes povos (Oidtmann 1958).

O colapso do império árabe-muçulmano possibilitou a ascensão dos países europeus no sistema internacional, aspecto que provocou grandes mudanças no tabuleiro estratégico. Em consequência, o mundo assistiu o início das Grandes Navegações, período histórico que perdurou do século XV ao XVII (Carvalho 1998). Inserido no SI, mais uma vez Moçambique não ficou imune ao que ocorria no planeta e presenciou a chegada dos portugueses em seu território em finais do século XV.

Do Estado Português da Índia à Capitania Independente (1505 - 1752)

Dessa forma, e após várias décadas, os lusitanos se estabeleceram e fundaram o Estado Português da Índia em 1505, departamento ultramarino português que abarcou um vasto território composto por Moçambique, inúmeras ilhas do Oceano Índico e por várias cidades costeiras indianas. Conhecida inicialmente como capitania do Estado Português da Índia, Moçambique recebeu a instalação da primeira feitoria portuguesa em 1505, na região de *Sofala* (Wagner 2007). Motivado pelo comércio pulsante com as Índias, Moçambique observou o crescimento de feitorias portuguesas ao longo de sua costa no século XVI, da mesma forma que testemunhou o início da penetração lusitana no interior de seu território. Os portugueses foram aumentando sua influência ao longo do século XVI e no início do século XVII, já estavam totalmente consolidados na colônia africana.

Entretanto, o século XVII iniciou um período de declínio do império português colonial. Sob o contexto das Grandes Navegações, Holanda, França e Reino Unido também se lançaram ao redor do globo em busca de riquezas, aspecto que gerou reflexos diretos nas possessões ultramarinas portuguesas.

Em meio a esse cenário, houve a guerra Luso-Holandesa, ocorrida entre 1595 e 1663, que resultou numa significativa perda territorial do Estado Português da Índia para os holandeses. Com o objetivo precípuo em servir de entreposto logístico para as embarcações portuguesas que realizavam comércio com a Índia, Moçambique não oferecia grandes atrativos financeiros. Mesmo assim, a colônia moçambicana não ficou ilesa ao que estava ocorrendo no cenário internacional e registrou em 1607, uma tentativa de invasão holandesa em seu território, que foi prontamente rechaçada pelas tropas portuguesas presentes na região (Dodge 1976).

O século XVIII marcou uma mudança de rumos para Moçambique. Preocupado com a grande perda territorial que o Estado Português da Índia teve no século anterior, Portugal decidiu reforçar sua presença na colônia africana. A nomeação do Marquês de Pombal como 1º Ministro de Portugal em 1750, provocou uma série de mudanças em todo o império colonial português. Sob forte influência dos ideais iluministas, Marquês de Pombal desencadeou uma série de medidas que visavam aumentar o controle lusitano sobre Moçambique. Foi nesse contexto que ocorreu a mudança do *status* político da colônia moçambicana em 1752, separando-a do Estado Português da Índia e elevando a mesma à categoria de capitania independente (Wagner 2007).

De Capitania independente à 2ª Guerra Mundial (1752 - 1945)

Com essa mudança, a coroa portuguesa tomou para si a administração de Moçambique. Não à toa, os anos seguintes registraram uma sequência de ações de natureza política, fiscal, social e comercial, emanadas por Marquês de Pombal e que visavam dinamizar a atividade comercial na colônia moçambicana, explorando com mais eficiência os recursos naturais e, principalmente, exercer maior controle sobre Moçambique (Hoppe 1970). Como consequência, a atividade comercial em Moçambique experimentou forte crescimento nas décadas seguintes, com o ouro, o marfim e o tráfico de escravos exercendo o papel de protagonistas na economia colonial.

Avançando na linha temporal, observa-se que a evolução histórica de Moçambique no século XIX passa, obrigatoriamente, pelo entendimento de dois fatos ocorridos no SI e como os mesmos se manifestaram em território moçambicano: 1) a revolução industrial; e 2) a conferência de Berlim.

Com relação à revolução industrial, percebe-se que a mesma não teve a força e o alcance necessários para influenciar as ações que estavam ocorrendo na colônia moçambicana, na medida em que nem a revolução industrial e nem as ações realizadas pelos ingleses no SI com o intuito de acabar com o

tráfico de escravos, foram capazes de erradicar essa prática em Moçambique. Na verdade, o que se viu foi um aumento do tráfico de escravos nesse período, que saltou de uma média anual de 13 mil escravos nas primeiras décadas do século XIX, para uma média anual de 20 mil escravos em 1860, números que se mantiveram até meados da década de 1880, mesmo sendo considerada uma atividade clandestina na época (Curtin et al 1978). O aumento do tráfico de escravos esteve diretamente associado ao *modus operandi* adotado pelos portugueses para obter mão de obra escrava, que procurava estimular rivalidades entre as tribos locais, prática responsável pelo aumento de revoltas em Moçambique, as quais influenciaram a formação do *ethos* do povo moçambicano, plantando as primeiras sementes do sentimento nacionalista (Zonta 2011).

No que concerne à conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, nota-se que a mesma teve a força e o alcance que a revolução industrial não teve. Dentre as questões deliberadas na conferência, as que mais influenciaram Moçambique foram a ratificação do fim do trabalho escravo e a demarcação de novas fronteiras para o continente africano. Não por coincidência, o tráfico de escravos em Moçambique passou por um declínio progressivo nos anos seguintes até se extinguir completamente na virada do século XIX para o século XX (Marques 1989). Não pelo acaso, verificou-se que as fronteiras de Moçambique foram gradualmente sendo definidas de forma diplomática após essa conferência, a tal ponto de chegar aos seus contornos atuais em 1891.

Haja vista as deliberações emanadas na Conferência de Berlim e os acordos diplomáticos firmados nos anos seguintes para estabelecer os limites fronteiriços de Moçambique, os portugueses se viram obrigados a ocupar efetivamente a colônia no início do século XX. Para tanto, Portugal destinou 1/3 do território moçambicano para ser administrado por companhias privadas. Em contrapartida, estas companhias deveriam retornar 10% de seus faturamentos para os cofres portugueses. Conhecidas como *companhias majestáticas*⁵, as mesmas tinham forças paramilitares, possuíam autonomia financeira, exerciam autoridade junto à população local e se tornaram as grandes responsáveis pela concreta ocupação do território moçambicano (Carvalho 2012). E foi dessa forma que a atividade comercial e a ocupação territorial se estruturaram na colônia africana no início do século XX.

Todavia, o colapso da bolsa de Nova Iorque em 1929, movimentou mais uma vez as peças do tabuleiro estratégico e seus efeitos se fizeram presentes também em Moçambique. Afetado pela crise e procurando soluções

5 Tinham esse nome pela autoridade soberana que recebia da coroa portuguesa na parte territorial em que administravam (Gentilli 1998).

para sair da mesma, Portugal instituiu o acto colonial de 1930 numa tentativa de auferir o maior lucro possível com suas colônias. Em síntese, tal ação reforçava o caráter nacionalista nos domínios portugueses, fato que gerou efeitos imediatos em Moçambique, pois boa parte da atividade política e comercial era terceirizada, na medida em que eram conduzidas por companhias privadas (Mindoso 2017). Dessa forma, o pêndulo foi para outro lado, com o governo português assumindo a condução de todas as atividades políticas e econômicas na colônia. Porém, a maneira como foi implementada a administração colonial portuguesa a partir da década de 1930, segregando a população africana das funções-chaves da sociedade local, causou descontentamento entre os africanos, provocando o surgimento dos primeiros movimentos associativos em Moçambique, como a *Associação Africana*⁶, embrião dos movimentos anticoloniais surgidos no país durante a década de 1960.

Anos depois, o mundo presenciou a eclosão da 2ª Guerra Mundial (GM) em 1939. Mais que um conflito bélico de proporções globais, o desfecho da 2ª GM reconfigurou totalmente as peças do tabuleiro estratégico no planeta. Pertencente ao SI, Moçambique não ficou isenta a esse fato e os reflexos dessa mudança puderam ser percebidos em solo moçambicano.

Da 2ª Guerra Mundial até a independência (1945 - 1975)

Devastados por ocasião da 2ª GM, os países europeus sofreram forte declínio e nada puderam fazer diante da ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) aos postos de potências globais. Esse reordenamento de forças provocou o surgimento da Guerra Fria, período histórico que se iniciou logo após a 2ª GM e terminou simbolicamente com a queda do muro de Berlim, em que norte-americanos e soviéticos disputaram a hegemonia global em vários campos do poder (Hobsbawn 1995). Concomitante com esse cenário, o trauma gerado pela ocorrência de dois conflitos mundiais em trinta anos fez com que a sociedade pressionasse o SI no sentido de criar uma instituição supranacional que fosse efetivamente capaz de manter níveis aceitáveis para a manutenção da paz no globo terrestre, pressão que resultou na criação da ONU em 1945 (Soares 2011).

Em meio a essa realidade e sob a chancela da Guerra Fria, o continente africano inaugurava um processo caracterizado pela independência de

⁶ Criado em 1938, este movimento era composto por moçambicanos e procurava difundir o nacionalismo africano em Moçambique, posicionando-se contrário às arbitrariedades cometidas pelos colonos portugueses nesse período (Neves 2009).

vários países, que antes eram considerados colônias européias e que a partir da segunda metade do século XX, passaram a ser reconhecidos como Estados independentes pela ONU (Oliveira 2009). No entanto, esse fato não se fez notar nas colônias portuguesas localizadas na África, das quais se encontrava Moçambique. Pressionado pelas Nações Unidas, os portugueses apenas reviram sua constituição e mudaram o *status* político da colônia moçambicana, a qual passou a se chamar de província ultramarina portuguesa em 1951, modificando em nada a dinâmica de relações entre Moçambique e Portugal.

A conferência de *Bandung*, realizada em 1955, impulsionou o sentimento nacionalista africano que estava em vigor no continente. Conhecido como pan-africanismo, essa ideologia buscava a união dos povos africanos diante dos desafios existentes no planeta. Alimentados pelo pan-africanismo e sob o contexto da Guerra Fria, os movimentos associativos moçambicanos ganharam força e se estabeleceram como movimentos anticoloniais na passagem da década de 1950 para a década de 1960. Dentre todos os grupos anticoloniais que surgiram nesse período, destaca-se a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), principal movimento que atuou no processo de independência moçambicano (Gomez 1999).

Fundado em junho de 1962, a história da FRELIMO passa pela compreensão de três grupos que o antecederam: 1) MANU (*Mozambique African National Union*); 2) UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique); e 3) UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente). Criada em 1959, no Quênia, a MANU foi um movimento que surgiu fruto da união de moçambicanos residentes no Quênia e na região do entorno do lago *Tanganica*⁷. Liderados por *Mateus Mhole*, o grupo queria tornar Moçambique independente (Neves 2012). A UDENAMO foi concebida em 1960, na Rodésia. Sob a liderança de *Adelino Gwambe*, o grupo era composto por moçambicanos residentes na Rodésia e tinha por finalidade libertar Moçambique do jugo português. A UNAMI, por sua vez, foi fundada em 1961, na Niassalândia⁸. Da mesma forma que os anteriores, a causa principal do movimento girava em torno da independência moçambicana e, para isso, o grupo era composto por moçambicanos oriundos da região norte de Moçambique e eram liderados por *Baltazar Cachonga*. Dessa forma, fruto da fusão desses três grupos e sob os auspícios do presidente da Tanzânia, foi criada a FRELIMO em 25 de

7 Criado em 1938, este movimento era composto por moçambicanos e procurava difundir o nacionalismo africano em Moçambique, posicionando-se contrário às arbitrariedades cometidas pelos colonos portugueses nesse período (Neves 2009).

8 Criado em 1938, este movimento era composto por moçambicanos e procurava difundir o nacionalismo africano em Moçambique, posicionando-se contrário às arbitrariedades cometidas pelos colonos portugueses nesse período (Neves 2009).

junho de 1962, na cidade de *Dar es Salaam*, na Tanzânia. Tendo como líder, o ex-funcionário da ONU, *Eduardo Chivambo Mondlane*, a construção do grupo se deu totalmente em território estrangeiro, fato que evidenciou a força do pan-africanismo na região.

Essa arquitetura demonstra que não foi por mera casualidade que todos os países vizinhos de Moçambique obtiveram suas independências nesse período, mais precisamente entre 1961 e 1968, fato que revela mais uma vez a força e a amplitude transnacional do pan-africanismo. A única exceção desse grupo foi a África do Sul, que havia se tornado independente em 1910, mas estava sob o regime do *apartheid*. Receosos com o momento político regional, os sul-africanos decidiram se aproximar dos portugueses e, na década de 1970, firmaram uma parceria militar com os lusitanos, caracterizada pela realização de exercícios e apoios militares voltados para a defesa de uma África Austral contra o pan-africanismo efervescente na região (Barroso 2013).

Mesmo com esse aporte sul-africano, Portugal não conseguiu manter Moçambique sob seus domínios por muito mais tempo. A crise do petróleo, eclodida em 1973, foi o início de uma série de acontecimentos que culminaram na independência do país moçambicano em junho de 1975. Haja vista a dependência portuguesa no petróleo, o país lusitano adentrou em forte crise econômica. Insatisfeita, a mídia lusitana emitiu pesadas críticas à administração portuguesa, sobretudo no alto custo demandado aos cofres do governo português para manter seus territórios ultramarinos (Coggiola e Martins 2006). Foi com essa atmosfera que os militares portugueses derrubaram o regime do Estado Novo e decretaram a Revolução dos Cravos em abril de 1974, fato que gerou o imediato reconhecimento à independência moçambicana.

Assim, Portugal e a FRELIMO firmaram os Acordos de *Lusaka* em setembro de 1974, na Zâmbia. Tal acordo reconhecia à independência moçambicana e estabelecia um modelo progressivo de transição política para a FRELIMO, determinando o dia da independência de Moçambique: 25 de junho de 1975, mesma data de criação da FRELIMO. Em que pese o papel determinante da crise do petróleo no desfecho moçambicano, nota-se que o processo de independência em Moçambique teve grande participação dos países vizinhos em todo o seu transcurso. O local e a data dos Acordos de *Lusaka* não foram escolhidos aleatoriamente, apenas ratificaram politicamente perante o SI, a influência dos Estados da região no processo de independência moçambicano.

Da independência ao Acordo Geral de Paz (1975 - 1992)

A ocorrência da independência moçambicana e da independência angolana no mesmo ano alterou a relação de forças na África Austral e enfraqueceu o bloco branco na região (África do Sul e Rodésia). Nesse contexto e sob a liderança de *Samora Machel*, o governo moçambicano adotou uma política externa ousada logo após a independência e que teve reflexos diretos na guerra civil deflagrada no país posteriormente: 1) por um lado, a FRELIMO se solidarizava com os povos que queriam se libertar do jugo colonial e lutavam contra os regimes minoritários implantados na África, fato que se fez refletir no apoio de Moçambique aos movimentos anticoloniais na Rodésia e aos grupos que lutavam contra o *apartheid* na África do Sul; 2) por outro lado, o país optou por estreitar seus laços com a ex-URSS, redirecionando a concepção inicial da FRELIMO, que passou a ser caracterizada no SI como sendo um movimento de natureza marxista-leninista (Cau 2011).

As retaliações dos vizinhos vieram de imediato. Rapidamente, os sul-africanos envidaram esforços no sentido de pressionar a combalida economia moçambicana. No plano interno, a África do Sul elaborou um pacote de medidas econômicas agressivo, com foco na mecanização da produção mineira. No âmbito externo, os sul-africanos se articularam e realizaram ações para redirecionar o escoamento da produção regional, que até eram escoados através dos portos de Moçambique. A Rodésia, através de seus serviços secretos, apoiou a criação da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Composta por militares moçambicanos das forças especiais do Exército português e por colonos portugueses que saíram de Moçambique e moravam na Rodésia, a RENAMO era um grupo de natureza anticomunista e que tinha por finalidade contrapor-se política e ideologicamente à FRELIMO (Mosca 2005).

E foi com esse clima que a guerra civil foi instaurada em Moçambique no ano de 1977. Colpsado economicamente, o país mergulhou numa grave crise interna, que perdurou por mais de duas décadas no país. De um lado, sob a liderança de *Samora Machel*, a FRELIMO representava o governo moçambicano e era apoiada pela ex-URSS. De outro lado, sendo liderada por um ex-dissidente da FRELIMO, *André Matsangaissa*, a RENAMO era apoiada pela Rodésia.

Essa dinâmica manteve-se da mesma forma até o início da década de 1980, período em que houve novo movimento das peças do tabuleiro estratégico no caso moçambicano. Em 1979, a Rodésia iniciou um processo de independência do Reino Unido, que culminou em 1980 com o reconhecimento como Estado soberano pelo SI, sendo renomeada de Zimbábue. Adiciona-se a isso, a morte do líder da RENAMO, *André Matsangaissa*, durante um combate travado com as forças moçambicanas em 1979, na província de *Sofala*. Esses dois episódios foram um duro golpe nas pretensões da RENAMO (Cau 2011).

No entanto, a ascensão de *Ronald Reagan* ao poder nos EUA redirecionou a política externa do país e o foco da mesma passou a estar voltado para o confronto bipolar. Essa postura da política externa fez com que os norte-americanos apoiassem imediatamente a RENAMO, conduta que foi seguida também pela África do Sul, dando nova injeção de ânimo na RENAMO. Ou seja, se por um lado a RENAMO se enfraqueceu com a morte de seu líder e pela perda de apoio no Zimbábue, por outro, a mesma encontrou dois apoios de peso no início da década de 1980: EUA e África do Sul.

Em meados da década de 1980, Moçambique se encontrava debilitada economicamente e com o declínio da ex-URSS, não recebia mais o aporte financeiro soviético de outrora. Sob pressão da população, a FRELIMO deixou de lado suas convicções ideológicas e firmou com o governo sul-africano, o acordo de *Nkomati*, em 1984, na África do Sul. Em síntese, este acordo previa o término do apoio prestado pela África do Sul à RENAMO, da mesma forma que exigia o fim do apoio realizado por Moçambique aos grupos que lutavam contra o *apartheid* na África do Sul. Em 1986 ocorreu outro fato que afastou ainda mais o país moçambicano da ideologia marxista-leninista. Trata-se da morte do presidente de Moçambique, *Samora Machel*, decorrente da queda do avião que o transportava na África do Sul (Darch 2018). Tais episódios possibilitaram o início de grandes transformações políticas em Moçambique, que resultaram na aproximação do país ao sistema capitalista, da mesma forma que possibilitaram o início do diálogo entre o governo e a RENAMO.

De toda sorte, um fato ocorrido fora dos limites africanos, mostrou-se fulcral nos desígnios de Moçambique. Trata-se da queda do muro de Berlim em 1989, fato que reconfigurou o jogo de forças no tabuleiro mundial e decretou o fim simbólico da Guerra Fria, alçando os EUA ao posto de única superpotência global e destravando as ações das Nações Unidas no cenário internacional. Com o fim do confronto bipolar, dentre outros elementos, o *apartheid* perdeu uma de suas principais motivações na África do Sul e dessa forma, os sul-africanos puderam iniciar um processo gradual que visava o fim dessa prática, que teve início com a libertação de *Nelson Mandela* da prisão, em fevereiro de 1990. Sob os mesmos motivos, a Namíbia se tornou independente da África do Sul em 1990, da mesma forma que a ONU logrou êxito com a UNAVEM I^o em Angola, encerrada em 1991 (Krška 2007).

As mudanças realizadas internamente em Moçambique, associadas à nova conjuntura global e regional, geraram um ambiente extremamente favorável para o fim da guerra civil e o consequente início do processo de paz capitaneado pelas Nações Unidas em Moçambique. Decorrente desse cenário,

9 *United Nations Angola Verification Mission I*

em outubro de 1992, o presidente de Moçambique, *Joaquim Chissano* e o líder da RENAMO, *Afonso Dhlakama*, firmaram o Acordo Geral de Paz na cidade de Roma, na Itália.

O Processo de Paz em Moçambique (1992-1994)

Como consequência do Acordo Geral de Paz, o CSNU emitiu a resolução nº 782, em outubro de 1992, autorizando a designação de um Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas e o envio de 25 observadores militares da ONU para realizar estudos sobre os custos e a viabilidade de uma operação de paz em Moçambique. Em dezembro de 1992, com os estudos finalizados, o CSNU emitiu a resolução nº 797, estabelecendo a ONUMOZ, missão de paz que foi criada com o intuito de implementar as propostas estabelecidas no Acordo Geral de Paz.

Em que pese à debilitada condição social e econômica que Moçambique se encontrava, com um cenário político-interno sensível, decorrente de mais de duas décadas de guerra civil, a ONU encontrou um país que possibilitava o desenvolvimento de suas atividades e que, conjugado com a conjuntura internacional favorável, gerou condições satisfatórias para o início do trabalho das Nações Unidas em solo moçambicano.

ONUMOZ (1992 - 1994)

Com mandato inicial de 10 meses, a ONUMOZ iniciou seus trabalhos em dezembro de 1992 em território moçambicano. Devido a alguns fatores internos, o mandato da mesma foi prorrogado algumas vezes, sendo encerrado simbolicamente em 09 de dezembro de 1994. O objetivo principal da ONUMOZ ficou centrado no cumprimento das metas estabelecidas pelo Acordo Geral de Paz e, para tanto, o foco da missão de paz baseou-se em quatro eixos distintos: 1) político; 2) militar; 3) humanitário; e 4) eleitoral. De todos os quatro campos, pode-se inferir que o aspecto político era prioritário, pois permitia a criação de um ambiente de confiança no país, possibilitando dessa forma, realizar o desarmamento de boa parte da população e estruturar as novas Forças Armadas moçambicanas com integrantes da RENAMO e da FRELIMO. O eixo militar era sensível, pois implicava num mandato claro e adequado, que possibilitasse o desenvolvimento das atividades de campo e que não causasse maiores transtornos jurídicos e operacionais. Dessa forma, seria possível empregar os capacetes azuis em qualquer parte do território moçambicano, possibilitando o apoio humanitário a toda população desassis-

tida em Moçambique. A questão eleitoral complementa os eixos anteriores e representava simbolicamente o final da reconstrução da ONU em Moçambique.

Durante o transcurso da ONUMOZ, as atividades da ONU transcorreram num clima de relativa estabilidade, exceção feita a poucos episódios ocorridos em março de 1994. Nessa ocasião, 50.000 integrantes da RENAMO já haviam sido desmobilizados e ocupavam os acantonamentos provisórios montados pelos integrantes das Nações Unidas em Moçambique. Tendo em vista a incerteza se os mesmos seriam reincorporados pelas novas Forças Armadas moçambicanas, ocorreram problemas envolvendo esse público em algumas áreas de acampamento da ONU, tais como motins, rebeliões, saques de lojas, casos de estupro, apreensão de funcionários e veículos da ONU, dentre outros de menor porte (Malaquias 2007). De toda sorte, esses incidentes foram prontamente reprimidos e o clima de estabilidade pôde ser mantido em Moçambique, garantindo um ambiente adequado para a realização de eleições gerais no país (Pureza et al 2007).

Um aspecto interessante da missão de paz onusiana em Moçambique repousa nos principais atores externos extracontinentais. Com relação à Rússia, constata-se que a mesma nada podia fazer no caso moçambicano, pois enfrentava a crise constitucional de 1993, em que o parlamento russo decretou o impeachment do então presidente russo *Boris Yeltsin*, que não respeitou essa decisão, tornando mais instável o país (Segrillo 2012). No tocante à Portugal, observa-se que o mesmo tinha enormes dificuldades em se ajustar a uma nova fase experimentada pelos portugueses, mais precisamente no atendimento às metas impostas pelo Tratado de *Maastricht*, fato que limitou o país lusitano em ações no plano externo. Os norte-americanos, por seu turno, decidiram se afastar do continente africano devido o desgaste interno causado pela sua participação no conflito da Somália, ocasião em que sofreram pesadas críticas da mídia estadunidense. Dessa forma, observa-se que o processo de paz conduzido pela ONU em Moçambique não sofreu influências dos principais países extracontinentais em seu transcurso.

Entretanto, um fato ocorrido na esfera regional mostrou-se fundamental para o decurso das ações conduzidas em Moçambique. Trata-se da vitória de *Nelson Mandela* nas eleições gerais sul-africanas em abril de 1994. Mais que uma mera casualidade, a ascensão de *Nelson Mandela* ao cargo de presidente da África do Sul representou a vitória do pan-africanismo no principal país da região, tornando-se a primeira vez que os sul-africanos tiveram um presidente negro em sua história. Esse episódio não ficou circunscrito à África do Sul, pelo contrário, de alguma forma ultrapassou os limites sul-africanos e alcançou *Maputo*, gerando um clima de otimismo e confiança tam-

bém em Moçambique, particularmente junto aos integrantes da FRELIMO, que eram ideologicamente contrários à prática do *apartheid* na África do Sul.

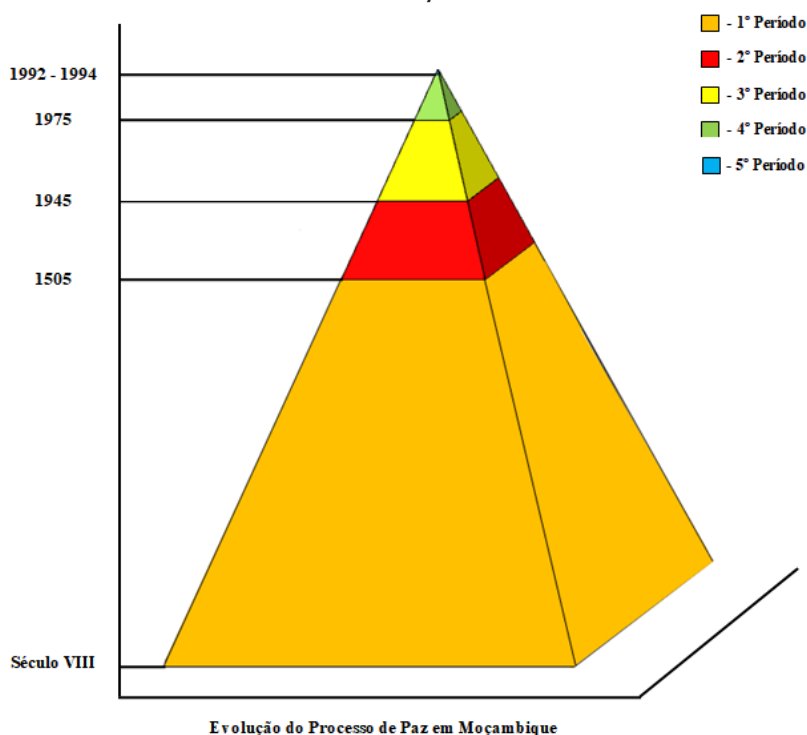
De qualquer forma, não se deve minimizar o trabalho realizado pela ONU em Moçambique, que encontrou um país devastado por uma longa guerra civil e que, sequer, tinha instituições sólidas. Com investimentos que alcançaram a cifra de US\$ 1 bilhão de dólares, as Nações Unidas não subestimaram o tamanho do desafio imposto e souberam administrar muito bem as ações em campo, conduzindo a bom termo o processo de paz moçambicano (Malaquias 2007). Destaque a parte deve ser dado para as lideranças onusianas no campo tático, no campo estratégico e no campo político. No que concerne ao campo tático, verifica-se a liderança exercida pelo *Force Commander* da missão, cargo ocupado pelo General de Brigada brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva entre fevereiro de 1993 e fevereiro de 1994 e pelo Major General de Bangladesh, *Mohammad Abdus Salam*, entre março e dezembro de 1994, que souberam liderar suas tropas em meio às hostilidades que sofreram em Moçambique e conduzir à bom termo o prosseguimento da missão de paz (United Nations 2018). No campo estratégico, observa-se a habilidade política com que o Representante Especial da ONU e Chefe da Missão, *Aldo Ajello*, demonstrou por ocasião dos incidentes ocorridos nas bases provisórias preparadas pelas Nações Unidas, articulando rapidamente com o governo local sobre o destino dos integrantes desmobilizados da RENAMO. E no campo político, nota-se que a visita realizada pelo Secretário Geral da ONU, *Boutros Boutros-Ghali*, em outubro de 1993 em Moçambique, gerou um impacto extremamente positivo no país, na medida em que revelou a preocupação com que o mais alto nível das Nações Unidas tinha com as ações em curso no país africano, aspecto que deu solidez e credibilidade para a atuação dos capacetes azuis em território moçambicano (United Nations 2018).

E foi com esse clima que as eleições gerais em Moçambique foram realizadas em outubro de 1994. Sob supervisão dos profissionais da ONU, as eleições ocorreram sem maiores transtornos e os resultados foram divulgados em novembro de 1994, dando vitória para o presidente que já estava em exercício no poder: *Joaquim Chissano*, da FRELIMO (United Nations 2018), fato que foi ratificado pelos integrantes da RENAMO e pelas Nações Unidas. Dessa forma, a missão da ONUMOZ foi concluída simbolicamente no dia 09 de dezembro de 1994, quando *Joaquim Chissano* assumiu o novo mandato presidencial no país.

Conclusões

Inicia-se a fase final dessa pesquisa retomando o propósito deste artigo: compreender o processo de paz desencadeado em Moçambique, correlacionando o mesmo com os principais fatos ocorridos no SI que influenciaram esse processo. Sendo assim, a primeira constatação deste estudo é que o processo de paz moçambicano é de natureza complexa e não se iniciou com a ONU. A participação das Nações Unidas a partir de 1992 representa apenas a parte final de um processo que teve início no século VIII, com o estabelecimento do comércio com os árabes e terminou com a realização das eleições gerais no país, em 1994:

Gráfico 1 - O Processo de Paz moçambicano



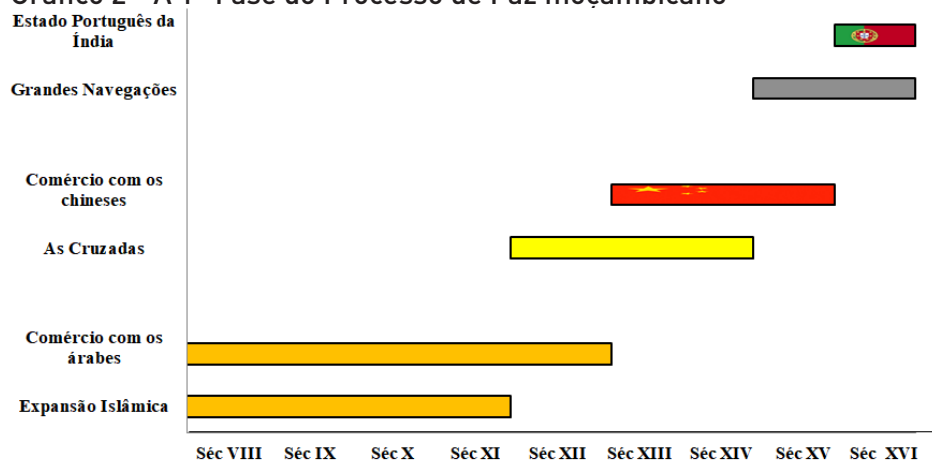
Fonte: elaboração própria, 2019.

Em síntese, o gráfico nº 1 revela que o processo de paz em Moçambique está dividido em cinco períodos: 1) o primeiro é o maior de todos e está na base da pirâmide, sendo codificado pela cor laranja e possui cerca de oito

séculos de duração. Teve início com o estabelecimento do comércio com os árabes e persas no século VIII e término, com a fundação do Estado do Português da Índia em 1505; 2) o segundo período tem 440 anos e está codificado pela cor vermelha. Iniciou com a fundação do Estado Português da Índia e findou-se com o término da 2ª GM; 3) o terceiro período está representado pela cor amarela e possui 30 anos, tendo seu início logo após a 2ª GM e o seu término com a independência moçambicana, em 1975; 4) o quarto período está representado pela cor verde e possui 27 anos e abrange desde a independência moçambicana até o Acordo Geral de Paz, firmado em 1992; e 5) o quinto período é o menor de todos e está sendo representado pela quase imperceptível cor azul no topo da pirâmide, compreendendo somente o recorte temporal em que a ONU esteve presente em Moçambique: de 1992 à 1994.

Haja vista o longo tempo de duração do processo de paz moçambicano e a diferença em forma, contexto, extensão e composição com que cada um dos períodos influenciou o país ao longo da história, cada fase precisa ser analisada individualmente. Assim, com quase oito séculos de duração, o primeiro período é marcado pela longevidade e pela estabilidade. Com foco na atividade comercial, os árabes não subjugaram a população local, *modus operandi* que também foi seguido pelos chineses, que se fizeram mais presentes na região a partir da ocorrência das cruzadas. Os 700 anos que a tribos locais africanas travaram contato com outros povos, realizando trocas e sem terem suas culturas subjugadas, ajudam a explicar a maneira pela qual o pan-africanismo foi tão forte nessa região, aspecto que direcionou os rumos do país na segunda metade do século XX.

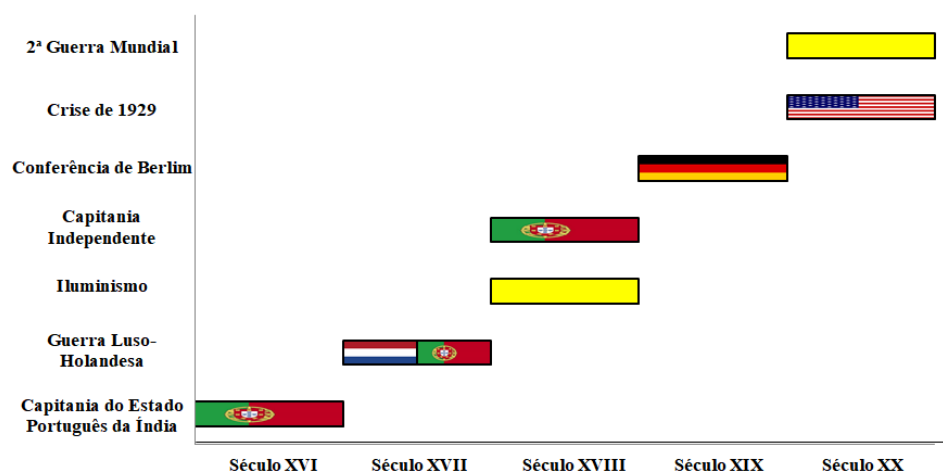
Gráfico 2 - A 1ª Fase do Processo de Paz moçambicano



Fonte: elaboração própria, 2019.

Passando para a 2ª fase do processo de paz moçambicano e considerando que a guerra luso-holandesa gerou pouco impacto em Moçambique, nota-se que o país moçambicano teve sob forte influência portuguesa enquanto era uma capitania do Estado Português da Índia. A partir da mudança de patamar para capitania independente, Moçambique se inseriu com mais força no contexto internacional, recebendo mais influência de outros atores e fatos no SI:

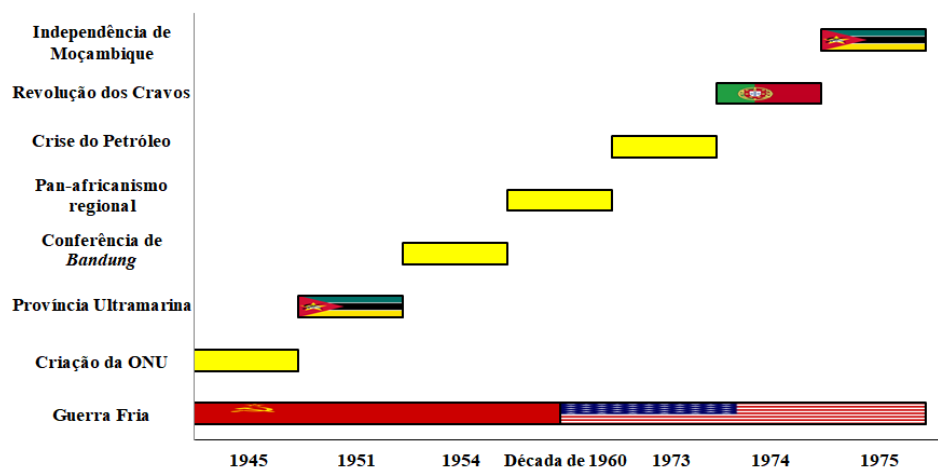
Gráfico 3 - A 2ª Fase do Processo de Paz moçambicano



Fonte: elaboração própria, 2019.

Com relação à 3ª fase do processo de paz moçambicano, nota-se que a mesma iniciou após o final da 2ª GM e terminou com a independência em 1975. Seguindo a tendência apontada a partir da mudança do *status* político de Moçambique em 1752, a 3ª fase também não ficou descolada do SI:

Gráfico 4 - A 3ª Fase do Processo de Paz moçambicano

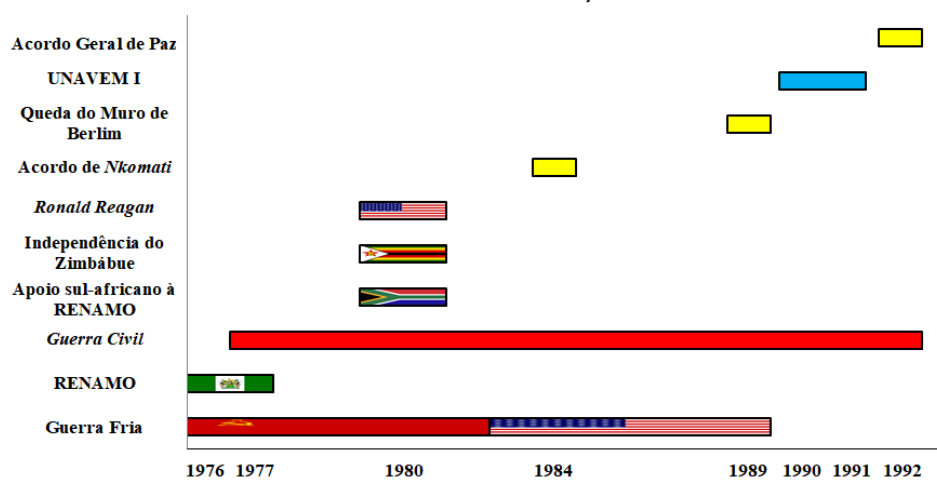


Fonte: elaboração própria, 2019.

O gráfico nffl 4 revela que durante todo o período, o processo de paz moçambicano esteve sob a influência da Guerra Fria. A criação da ONU em 1945, que legitimou a independência de todos os países africanos nessa época, não deve ser desconsiderada. O aspecto fulcral da 3ª fase do processo de paz repousa na foça do sentimento nacionalista africano na independência moçambicana, fato que ficou evidenciado pela Conferência de *Bandung* e pela robusta manifestação da ideologia do pan-africanismo nos países do entorno de Moçambique, região onde se formou a FRELIMO. Na década seguinte, a crise do petróleo desencadeou um movimento em cascata, deflagrando a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974, e a independência moçambicana em 1975.

Com relação à 4ª fase, nota-se que a mesma teve início com a independência do país e terminou com o Acordo Geral de Paz, assinado entre o presidente de Moçambique e o líder da RENAMO, em Roma. Como na fase anterior, o processo de paz nesse período continuou recebendo influências da conjuntura internacional vigente, com participação especial dos atores regionais:

Gráfico 5 - A 4ª Fase do Processo de Paz moçambicano

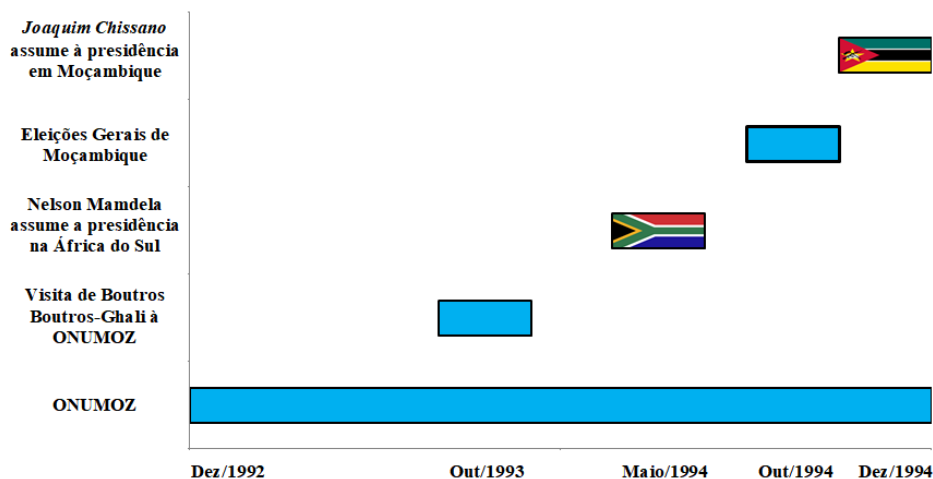


Fonte: elaboração própria, 2019.

A quarta fase do processo de paz em Moçambique foi o período em que as rivalidades regionais se fizeram mais presente em território moçambicano. Sob o guarda chuva da Guerra Fria, a RENAMO foi criada na Rodésia, iniciando assim uma longa guerra civil em Moçambique. Com a ascensão de Ronald Reagan ao poder dos EUA, a independência do Zimbábue e o apoio sul-africano à RENAMO, o tabuleiro estratégico do processo de paz em Moçambique ganhou novas formas e novos contornos em 1980. Asfixiada economicamente, Moçambique teve que firmar, à contragosto, o Acordo de Nkomati com a África do Sul, em 1984. No entanto, a queda do muro de Berlim em 1989 desencadeou uma série de eventos no SI, que possibilitaram a celebração do Acordo Geral de Paz em 1992.

No que concerne à última fase do processo de paz moçambicano, nota-se que ela teve início com a atuação da ONUMOZ em Moçambique e terminou simbolicamente com a assunção de *Joaquim Chissano* à presidência do país, compreendendo todo o período de atuação da ONUMOZ:

Gráfico 6 - A 5ª Fase do Processo de Paz angolano



Fonte: elaboração própria, 2019.

A última fase do processo de paz moçambicano revela o protagonismo das Nações Unidas em solo moçambicano. Sem menosprezar o desafio que tinha em Moçambique, a ONU não poupou esforços e investiu cerca de US\$ 1 bilhão de dólares num período de dois anos apenas. Mas a razão do sucesso não repousa somente nos recursos aplicados pela instituição. Singular destaque deve ser dado à liderança exercida pelos profissionais da ONU em todos os níveis (político, estratégico e tático), sem a qual, o decurso das ações em campo poderia tomar outra direção.

Outro aspecto que deve ser considerado é a forte influência que os atores regionais, notadamente a África do Sul, tiveram no caso moçambicano a partir da segunda metade do século XX. A eleição de *Nelson Mandela* como presidente da África do Sul em 1994, foi a centelha de motivação e de esperança para o povo moçambicano, que foi às urnas em outubro do mesmo ano e legitimou o processo de paz que estava em curso. Com esse clima, as eleições gerais em Moçambique transcorreram num clima de estabilidade, registrando poucas ocorrências, que não foram capazes de sepultar o processo eleitoral que estava em curso.

A ascensão de *Joaquim Chissano* à presidência do país, no dia 09 de dezembro de 1994, encerrou o longo processo de paz experimentado pelo país moçambicano, que teve início a partir de sua inserção no SI, no século VIII, e término em 1994, com a população moçambicana elegendo democraticamente seu líder.

REFERÊNCIAS

- Barroso, Luís Fernando Machado. 2013. “Da Desconfiança à Aliança: Portugal e a África do Sul na defesa do Reduto Branco”. *Journal of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies* 38 (1): 176-199.
- Bousquet, Antoine; Curtis Simon. 2011. “Beyond models and metaphors: complexity theory, systems thinking and international relations”. *Cambridge Review of International Affairs* 24 (1): 43-62.
- Cairney, Paul. 2012. “Complexity Theory in Political Science and Public Policy”. *Political Studies Review* 10 (3): 346-358.
- Carvalho, Carlos Delgado. 1998. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal 1.
- Carvalho, Nuno Fernandes. 2012. *Libras, Escudos, a Companhia de Moçambique e a cidade da Beira*. Gabinete do Patrimônio Histórico da Caixa Geral de Depósitos.
- Cau, Hilário Simões. 2011. *A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011). Porto Alegre.
- Coggiola, Osvaldo; Martins, José. 2006. *Dinâmicas da globalização: mercado mundial e ciclos econômicos 1970-2005*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo.
- Creswell, John W. 2010. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª Edição, Porto Alegre: Artmed.
- Curtin, Philip; Feierman, Steven; Thompson, Leonard; Vansina, Jan. 1978. *African History*. Boston: Little Brown.
- Darch, Colin. 2018. *Uma história de sucesso que correu mal? O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica*. Maputo: Friderich-Ebert-Stiftung.
- Dodge, Ernest Stanley. 1976. *Island and empires: Western impact on the Pacific and east Asia*. Minnesota: University of Minnesota.
- Gentili, Annamaria. 1998. *O leão e o caçador: uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo histórico de Moçambique.
- Gomez, Miguel B. 1999. *Educação Moçambicana: história de um processo 1962-1984*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Hobsbawm, Eric J. 1995. *Era dos extremos - O breve século XX: 1914 - 1991*. Tradução feita por Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

- Hoppe, F. 1970. “A África Oriental portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777)”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Júnior, Hilário Franco. 2001. “A Idade Média, nascimento do Ocidente”. 2^{ff} Edição, revista e ampliada, São Paulo: Brasiliense.
- Krška, Vladimir. 1997. “Peacekeeping in Angola (UNAVEM I and II)”. *International Peacekeeping* 4 (1): 75-97. DOI: 10.1080/13533319708413652.
- Malaquias, Assis. 2007. “The UN in Mozambique and Angola: Lessons learned”. *International Peacekeeping* 3 (2): 87-103. DOI: 10.1080/13533319608413614.
- Marques, João Pedro. 1989. “Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista: A diplomacia portuguesa (1807-1819)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos* 10: 65-99.
- Mindoso, André Victorino. 2017. “Os assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista”. Tese (Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2017). Curitiba.
- Mosca, João. 2005. “Economia de Moçambique: século XX”. Lisboa: Instituto Piaget.
- Neves, Olga Iglésias. 2009. “O movimento associativo africano em Moçambique: Tradição e luta (1926-1962)”. *Revista Lusófona de Estudos Africanos* 2: 179-214.
- . 2012 “O poder e o impacto do islão no norte de Moçambique (séculos XIX-XXI)”. *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, 2012. Acessado em 12 dez. 2018, <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/to3co2.pdf>.
- Oliveira, Ricardo Soares de. 2009. “A África desde o fim da Guerra Fria”. *Relações Internacionais* R:I 24 (dezembro): 93-114.
- Oidtman, Christoph Von. 1958. “O porto de Sofala e o problema do Zimbábue”. *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* 27(108): 5-2Z.
- Ricks, Thomas M. 1970. “Persian Gulf seafaring and East Africa: 9th-12th centuries”. *African Historical Studies* 3 (2): 339-357.
- Pureza, José Manuel; Simões, Mónica Rafael; José, André Cristiano; Marcelino, Carla. 2007. “As novas operações de paz das Nações Unidas: os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique”. *Oficina do CES* 290: 1-34.
- Segrillo, Angelo. 2012. “A questão da democracia na Rússia Pós-soviética”. In: *O Renascimento de uma potência? - a Rússia no século XXI*, organizado por André Gustavo de Miranda Pinelli Alves, 97-128. Brasília: IPEA.
- Sicker, Martin. 2000. “The islamic World in Ascendancy: From the Arab Con-

- quests to the Diege of Vienna*". New York: Praeger.
- Soares, Carina de Oliveira. 2011. "A proteção internacional dos refugiados e o sistema brasileiro de concessão de refúgio". *Revista Âmbito Jurídico* 88, ano XIV, maio.
- Souto, Amélia Neves de. 2013. "Relações entre Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul e o Exercício Alcora: elementos fundamentais na condução da guerra (1960 - 1974)". In: *As guerras de libertação e os sonhos coloniais*, organizado por Maria Paula Meneses e por Bruno Sena Martins, 143-170. Coimbra: Almedina.
- United Nations. 2018. "Department of Peacekeeping Operations - ONUMOZ". Acessado em 12 dez. 2018. <https://peacekeeping.un.org/mission/past/onumozF.html>.
- United Nations. 2016. "Department of Field Support - Geospatial Information Section". Acessado em 02 dez. 2018. <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/mozambiq.pdf>.
- United Nations. 2018. "Resolução nº 782, do Conselho de Segurança das Nações Unidas". Acessado em 12 dez. 2018. [http://undocs.org/es/S/RES/782%20\(1992\)](http://undocs.org/es/S/RES/782%20(1992)).
- United Nations. 2018. "Resolução nº 797, do Conselho de Segurança das Nações Unidas". Acessado em 12 dez. 2018. [http://undocs.org/es/S/RES/797%20\(1992\)](http://undocs.org/es/S/RES/797%20(1992)).
- Visentini, Paulo Fagundes. 2012. "Os países africanos: diversidade de um continente". Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS.
- Wagner, Ana Paula. 2007. "A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique". *História Unisinos* 11 (1): 72-83.
- Zonta, Diego. 2011. "Moçambique" e o comércio internacional das oleaginosas (1855 c. - 1890 c.). Dissertação (Mestrado em história, Universidade de Lisboa, 2011). Lisboa.

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade compreender o processo de paz realizado em Moçambique, bem como identificar os principais fatos ocorridos no globo, que refletiram no respectivo processo de paz. Para tal, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente é feito uma ambientação do tema em pauta, destacando algumas características geográficas e históricas relevantes de Moçambique. Na segunda seção é definida a metodologia empregada, da mesma forma em que são informados os limites desta investigação. A terceira seção revisita o processo de evolução histórica ocorrido em Moçambique entre o século VIII e o ano de 1992, discorrendo sobre o mesmo em cinco subperíodos. A quarta seção analisa a participação da ONU em Moçambique entre 1992 e 1994. E na última seção, são verificados os principais fatos do sistema internacional que refletiram positiva e negativamente no processo de paz conduzido em Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique; Paz; ONU; África.

Recebido em 27 de setembro de 2018.

Aprovado em 25 de março de 2019.